



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTAS AO RECURSO ADMINISTRATIVO e CONTRARRECURSO

EMPRESAS: CLAUDIO ELIX DOS SANTOS (*recurso*)
PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA (*contrarrecurso*)

Processo Licitatório: 9186/2022

Referente à:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2023

DATA DA ABERTURA: 12 de Setembro de 2023

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES DE PLACAS, BANNER, PANFLETOS E OUTROS MATERIAIS GRÁFICOS E DE SINALIZAÇÃO

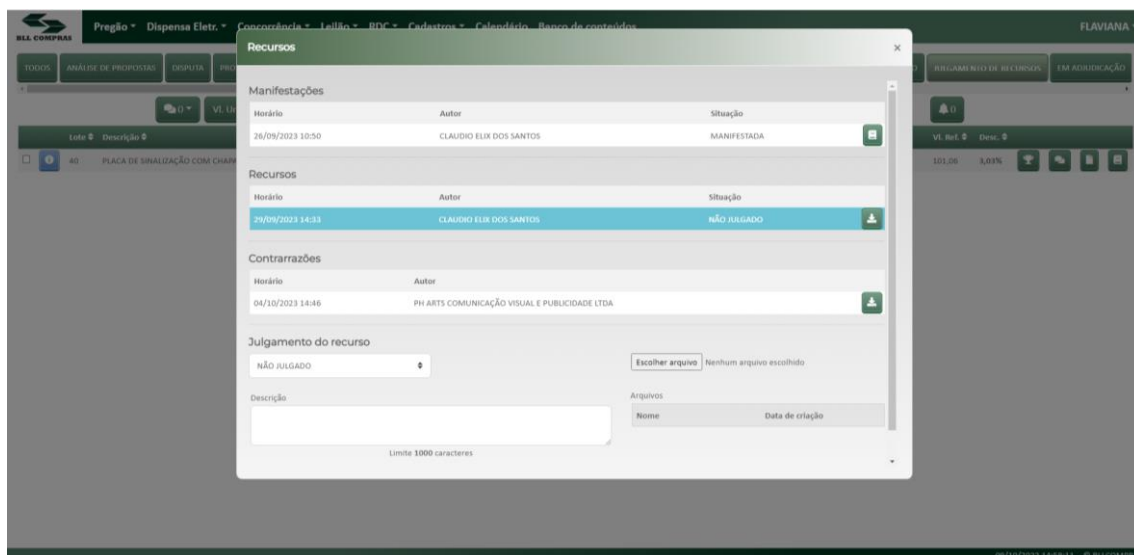
Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para registro de preços, com observância da Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 09/08/2023, no jornal de grande circulação (O Dia) em 10/08/2023, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma MOTIVADA e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresa **CLAUDIO ELIX DOS SANTOS**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, conforme segue: "Gostaria de manifestar recurso." Sem haver neste momento uma motivação para o recurso.



DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **CLAUDIO ELIX DOS SANTOS**

DO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

DOS FATOS APRESENTADOS PELA RECORRENTE

A empresa informa que o recurso é interposto “contra a decisão da Pregoeira que declarou no item 40 (assim como em outros itens) a empresa **PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA**” oferecendo as suas razões de recurso:

A empresa descreve a respeito da vinculação ao edital como regras a serem seguidas e diz: “Embora os itens 6.1.1. a 6.1.6. do edital descrevam quais os campos mínimos que devem constar das propostas para perfeita identificação do objeto, suas especificações e preços, o Anexo III vai além de ser apenas a exemplificação de uma planilha de formação de preços (primeira parte do anexo), exigindo informações adicionais, a saber: (i) valor total da proposta por extenso (o que permite dirimir dúvidas em relação aos preços expressos em algarismos), (ii) prazo de validade da proposta, (iii) declaração de que nos preços propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta, (iv) e-mail para recebimento de empenhos e pedidos, (v) dados bancários, (vi) nome e qualificação do representante legal para assinatura do contrato, dentre outras informações que não constituem dados cuja inserção esteja submetida ao arbítrio do proponente.” Diz ainda que: “Considerando que os anexos que integram o edital são de observância obrigatória, considerando que o item 7.2 do edital estabelece que ao verificar as propostas o pregoeiro deve desclassificar “desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos” e considerando, por fim, que proposta “física” trazida ao processo pela PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA. não apresenta as informações adicionais exigidas pelo Anexo III do edital, impõe-se a

desclassificação daquela proposta.” E finaliza requerendo que: “seja desclassificada pela Sra. Pregoeira a proposta oferecida pela PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA. por não observância à integralidade do que determina o Anexo III do Edital do certame licitatório em referência.”

A RECORRENTE informa em outro documento anexo em seu recurso o seguinte:

“GOSTARIA DE MANIFESTAR INTENSÃO DE RECORRER EM RAZÃO DAS SEGUINTE SITUATÇÕES:

- 1- A validade da proposta descrita no Edital é de no mínimo 90 dias e as empresas NEW START SINALIZAÇÃO LTDA e SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS fizeram a proposta para 60 dias, em desacordo com o ítem 6.5 do Edital.***
- 2- A empresa P H ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA em desacordo com o ítem 6.5 do Edital, não apresentou a validade da proposta.***
- 3- De acordo com o ítem 11.1 do edital, da declaração de que o licitante PHArts é o vencedor nos Ítens indicados, uma vez que o licitante não trouxe com seus documentos o Anexo III do edital devidamente preenchido e assinado, tal como fizeram os demais licitantes, o que impede, inclusive, o exercício da auto-fiscalização (um licitante fiscaliza o outro).***
- 4- A proposta desse licitante PH Arts, deveria ter sido desclassificada desde logo, nos termos do item 7.2 do edital, pois em razão da ausência do anexo III sua proposta não está em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.”***

DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A empresa RECORRIDA, **PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA**, apresentou suas contrarrazões na plataforma BLL compras, interposto dentro do prazo legal, portanto **tempestivo**.

Em suas razões a RECORRIDA informa que “O recorrente apresenta recurso apontando suposta irregularidades, porém, durante o processo licitatório, todos os documentos essenciais foram devidamente apresentados, não caindo em exigência, sendo vitorioso”. E finaliza dizendo que: “O Recorrido atendeu a todos os requisitos, devendo ser julgado improcedente o recurso apresentado, sendo mantido a decisão da pregoeira.”

As empresas **NEW START SINALIZAÇÃO LTDA** e **SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS** não apresentaram suas contrarrazões na plataforma BLL compras.

DO MÉRITO:

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Dos itens reclamados pela RECORRENTE, a Lei nº 14.133.2021 diz:

Art. 90. A Administração **convocará** regularmente o **licitante vencedor** para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

(...)

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, **ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos**.

Art. 59. Serão **desclassificadas** as propostas que:

(...)

V – apresentarem **desconformidade** com quaisquer outras exigências do edital, desde que **insanável**.

(...)

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

Art. 63. Na **fase de habilitação** das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I – poderá ser exigida dos licitantes a **declaração de que atendem aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição** ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para:

I – **complementação** de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – **atualização** de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Diz o edital no item 9.10.1, ANEXO IV, referente ao MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA, constante as página 46:

g) Declara que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

Diz, ainda, o edital no item 6.5:

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

A Lei nº 14.133/2021, por sua vez, não fixa prazo de validade da proposta nem a partir de quando começa a contar este prazo. Ela delega isto para o edital. E de acordo com o mesmo, o item 6.5 traz a informação de que a validade da proposta não será inferior à 90 (noventa) dias, determinando o prazo mínimo da validade. O próprio edital já traz a vinculação da proposta de acordo com este item. Ressaltando que os licitantes devem declarar obrigatoriamente, conforme item 9.10.1 e anexo IV, que atendem aos requisitos de habilitação.

O referido anexo III, item 22.11.3 do edital, é um modelo de proposta, não tem a obrigatoriedade de ser idêntico, desde que contenha informações do solicitado no modelo proposto por esta Prefeitura.

A proposta da empresa *PH ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA* consta razão social, nº de CNPJ, telefone, e-mail, referências ao número do pregão e processo, especificações por itens, contendo número dos lotes, unidade de medida, quantidade, valor unitário e total por lote, além de estar datada e assinada por um dos sócios. É fato que não consta o prazo de validade da proposta, mas nada que não se possa abrir uma diligência para que seja sanado o problema.

A proposta da empresa *NEW START SINALIZAÇÃO LTDA* consta razão social, nº de CNPJ, inscrições, telefone, e-mail, endereço, referências ao número do pregão e processo, especificações por itens, contendo número dos lotes, unidade de medida, quantidade, valor unitário e total por lote, além de estar datada e assinada por um dos sócios. É fato que consta a seguinte informação: “A proposta terá validade de no mínimo 60 (sessenta) dias”. Também, nada que não se possa abrir uma diligência para que seja sanado o problema

A proposta da empresa *SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS* consta razão social, nº de CNPJ, inscrição, telefone, e-mail, endereço, referência ao número do pregão, especificações por itens, contendo número dos lotes, unidade de medida, quantidade, valor unitário e total por lote, além de estar datada e assinada por um dos sócios. É fato que não consta o prazo de validade da proposta, mas nada que não se possa abrir uma diligência para que seja sanado o problema.

Nos casos em questões, é dever do agente público abrir diligência quando se tratar com documentos incompletos, obscuros ou informações ausentes. Visando a busca pela proposta mais vantajosa, o agente público tem o dever de solicitar esclarecimentos ao licitante, a fim de tomar uma decisão sobre o prosseguimento da habilitação ou inabilitação do licitante, como recorrido pela empresa. Quando as irregularidades forem meramente formais, a orientação dos tribunais de contas e do poder judiciário, é que seja permitido a correção por meio de diligências.

Vejamos os acórdãos referentes ao assunto.

9.6. comunicar à DR/SPM/ECT que, na condução de licitações, falhas sanáveis ou meramente formais, identificadas na documentação das proponentes, não devem levar necessariamente à inabilitação ou à desclassificação, cabendo à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame, conforme decisões do Tribunal de Contas da União (v.g. Acórdãos 2.459/2013, 3.418/2014 e 3.340/2015, todos do Plenário);

(ACÓRDÃO Nº 61/2019 – TCU – Plenário) Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/18867> - Copyright © 2023, Sollicita. Todos os direitos reservados.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - INABILITAÇÃO - VÍCIO SANADO TEMPESTIVAMENTE - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO - DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O princípio do formalismo moderado garante a possibilidade da correção de falhas ao longo do processo licitatório, isso sem desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(TJ-MS - AI: 14082527020188120000 MS 1408252-70.2018.8.12.0000, Relator: Des. Amaury da Silva Kuklinski, Data de Julgamento: 23/01/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2019) Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/18867> - Copyright © 2023, Sollicita. Todos os direitos reservados.

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQUÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido”.

(Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. em 14.10.2003, DJ 01.12.2003, p. 294). Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/18867> - Copyright © 2023, Sollicita. Todos os direitos reservados.

Tendo como base o art. 64, da Lei 14.133/2021, desde que não altere ou modifique aquele anteriormente enviado, entendo não haver vedação ao envio do documento contendo o prazo de validade da proposta, item faltante na proposta da licitante *P H ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA*, uma vez que a juntada do referido documento atesta situação pré-existente.

Existindo falhas nos atos praticados ao longo do processo licitatório, seja pela Administração, seja pelos próprios licitantes, a Lei nº 14.133/2021 orienta a busca pelo saneamento, sendo imposto a anulação somente diante de vício insanável. Corrobora nesse entendimento o art. 169, § 3º, I, ao estabelecer aos agentes públicos:

I – quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência (...).

Considerando que a busca da proposta mais vantajosa é um dos objetivos maiores do procedimento licitatório, e de acordo com o entendimento o art. 169, § 3º, I, que atribuirá a anulação do ato somente quando constatada e justificada a impossibilidade de seu saneamento, fazendo com que seja superado exigências meramente formais e burocráticas, de modo que a eventual exclusão de um participante do certame somente se justifica diante do descumprimento de uma regra substancial para a disputa.

A administração Pública em consoante com seus agentes públicos devem se basear nos princípios da eficiência, economicidade e “vantajosidade”, sem prejuízo da isonomia e segurança jurídica.

Nesse mesmo sentido, o art., 12, inciso III e o art. 64, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, informa que no procedimento licitatório deverá ser observado:

III – o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a **comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Nos processos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado. Essa concepção busca superar a necessidade de interpretação rigorosa que podem influenciar em um formalismo exagerado e inútil, prejudicando os andamentos dos certames licitatórios. Nos casos de omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou da proposta, havendo uma falha formal, o agente de contratação tem o dever de realizar a diligência, ultrapassando o formalismo excessivo e buscando a razoabilidade, eficiência, a ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração. Nos entendimentos do TCU, já é bastante enraizada a compreensão do formalismo moderado, conforme trechos de julgados como os Acórdãos nº 2.302/2012 e nº 357/2015, ambos do Plenário:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências (Acórdão nº 2.302/2012-Plenário).

Por todo o exposto, essa Pregoeira e Equipe abriu diligências através da plataforma BLL Compras questionando as empresas *PH ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA*, *NEW START SINALIZAÇÃO LTDA* e *SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS*, da possibilidade, caso considere-se apta, de atendimento e adequação conforme item 6.5 do edital, a respeito da proposta enviada. Em caso positivo, deve a empresa enviar proposta ajustada, incluindo todos os itens constantes no modelo da proposta constante no Anexo III – Modelo de Proposta, principalmente o item reclamado que é o prazo de VALIDADE DE PROPOSTA, que deve ser de acordo com o item 6.5 do edital. A documentação solicitada deverá ser encaminhada, por ser preexistente, na data de hoje, 16/10/2023, até o horário de 15:00 horas.

A procuradoria Geral do Município se manifesta sobre o assunto conforme parecer abaixo:

“O recurso apresentado pela empresa Claudio Elix dos Santos, versa sobre seu inconformismo com relação a empresa PH Arts Comunicação Visual e Publicidade LTDA vencedora de alguns itens do certame.

Informa que a citada empresa não cumpriu com os ditames estabelecidos no Edital, uma vez que a proposta física trazida ao processo pela empresa não apresenta as informações adicionais exigidas pelo Anexo III do edital, e, portanto, requer a desclassificação da proposta oferecida pela empresa PH Arts Comunicação Visual e Publicidade LTDA.

Em análise aos autos do processo do certame observa-se que a empresa PH Arts apenas não apresentou o prazo de validade das propostas, entretanto, o próprio edital no item 6.5 dispõe que a validade das propostas não será inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de sua

apresentação, nesse sentido o próprio edital supre a necessidade de apresentação de prazo da proposta.

Desta forma, entendemos que não pode o excesso de formalismo no exame das propostas dos licitantes, desclassificar uma proposta mais vantajosa para o Município, uma vez que não causa prejuízo a nenhuma das partes.

Eis o entendimento do Tribunal de Contas da União:

O TCU da ciência à (omissis) que “(...) as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do Plenário do TCU; 9.4.2. a eventual preclusão do direito de recurso por perda de prazo, nos termos do art. 45, §1º, da Lei nº 12.462, de 2011, não se confunde com o poder-dever de a administração rever os seus atos eivados de ilegalidade, nos termos do art. 63, §2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da Súmula nº 473 do STF.(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 830/2018, Plenário).

Isto posto, opino pelo conhecimento do recurso interposto, em atenção a tempestividade e, no mérito, pelo não provimento do pedido de desclassificação da empresa PH Arts Comunicação Visual e Publicidade LTDA, uma vez que trata-se de um excesso de formalismo.

À Divisão de Licitação para conhecimento e deliberação final”.

Diante de todo exposto acima, opino pelo não acolhimento do recurso apresentado, ante as razões acima expostas”.

DO JULGAMENTO:

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Considerando o RECURSO apresentado pela empresa **CLAUDIO ELIX DOS SANTOS**;

Considerando a CONTRARRAZÃO apresentada pela empresa **PH ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA**;

Considerando que as empresas **NEW START SINALIZAÇÃO LTDA** e **SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS** não apresentaram contrarrazão;

Considerando que as empresas **PH ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA**, **NEW START SINALIZAÇÃO LTDA** e **SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS**, no que tange a abertura de diligências, conforme informado acima, atendeu o questionamento desta Pregoeira, constando na Plataforma BLL Compras as propostas ajustadas de acordo com o item 6.5 do edital;

Esta Pregoeira opina por não acatar o recurso interposto pela empresa **CLAUDIO ELIX DOS SANTOS**, pelas razões acima expostas, opinando pelo seu indeferimento e permanecendo como habilitadas e aptas a prosseguirem no procedimento licitatório as empresas **PH ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA**, **NEW START SINALIZAÇÃO LTDA** e **SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS**.

DA DECISÃO:

Esta Pregoeira, acolhe o recurso interposto pela empresa **CLAUDIO ELIX DOS SANTOS** opinando para **INDEFERI-LO** em sua totalidade, mantendo habilitadas e aptas para prosseguimento no processo licitatório as empresas **PH ARTS COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA**, **NEW START SINALIZAÇÃO LTDA** e **SABRINA CATARINA DE SOUZA SANTOS**, referente ao Pregão Eletrônico nº 044/2023. Remeta-se o recurso e contrarrecurso a Autoridade Superior competente, o Exmo. Senhor Prefeito para análise e deliberação, de acordo com a Lei nº 14.133/21. Após que a decisão seja dada aos interessados, bem como, seja publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 16 de outubro de 2023

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de contratação